

O CASO DE REALENGO: REFLEXÕES PARA A ESCOLA

Terezinha Maria Schuchter

Depois da brutalidade da chacina do Realengo ocorrida em 2011, o que mais me impressionou, foi o silêncio da escola. Pouco ou quase nenhum depoimento dos profissionais da instituição sobre Wellington – autor da chacina, como também pouca informação sobre o tempo que foi aluno da escola. Não quero culpabilizar ninguém ou desconsiderar a doença do assassino. Entretanto, o ocorrido pode propiciar reflexões sobre as práticas que produzimos como professores/as no espaço escolar. A racionalidade moderna produziu e nós continuamos a reproduzir uma forma de pensamento parecido com a doença do assassino, que é um pensamento partido, dualista, classificatório, esquizofrênico: julgamos as pessoas, os fatos, a realidade a partir de dicotomias: certo/errado, normal/anormal, belo/feio, moral/imoral, inferior/superior, e outras. Com isso, pensamos e descrevemos a realidade, a partir de um paradigma, que é branco, eurocêntrico, cristão, heterossexual, ocidental, dominante, predatório, colonizador. O que não cabe dentro deste paradigma é dado como inexistente. O que é diferente é caracterizado como anormal. Produzimos a invisibilidade dos alunos “diferentes”, que nós afirmamos serem “anormais”. Ignoramos suas existências. Os alunos e as alunas diferentes são condenados/as ao ostracismo, à marginalidade. Mas, as escolas estão povoadas por alunos/as, que como o próprio assassino afirmou “são humilhados, agredidos, desrespeitados”. Na realidade diversa e plural que vivemos, não cabem mais pensamentos e práticas que segregam. Precisamos praticar a educação inclusiva. Isto não significa apenas afirmar que “todos são iguais perante a lei” e por isso têm o direito à educação. Praticar a educação inclusiva não significa receber o outro diferente na escola e tolerá-lo, fazendo com que incorpore a cultura dos “normais”. Praticar a educação inclusiva é acolher o outro, é preocupar-se com o outro, é nos abriremos para o encontro com o outro, é nos colocarmos como pessoas inacabadas e abertas para a relação com o outro. É vivenciar a experiência do outro que é diferente. É permitir e criar condições para a existência plena dos diferentes. É fazer da escola lugar de comunhão entre as/das diferenças. Este trabalho aponta, pois, para o fato de que, apenas práticas curriculares inclusivas, que desconstruam a lógica dominante podem propiciar estas condições. Tem como objetivo discutir as formas de exclusão que a escola produz através do que é nomeado de práticas pedagógicas, no que se refere ao trato das diferenças.

Palavras-chave: escola, currículo, inclusão, diferença.